

DIÁLOGO COM A HISTÓRIA COLONIAL: AGRICULTURA E COMÉRCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA

THIAGO AUGUSTO PESTANA DA COSTA*

Resumo: Este trabalho é parte de um esforço interpretativo, no qual, após pesquisar autores conceituados que dedicaram seus estudos cada qual no seu campo específico, me foi possível fechar uma conclusão difícil, porém satisfatória, do que denominei de cultura-social colonial. Com a junção destes trabalhos espero poder abrir um diálogo efetivo com a História do Brasil a partir de recortes que deixaram profundas marcas, que ainda estão por cicatrizar nos brasileiros, sobretudo nos afrodescendentes. A terra é a provedora de riquezas, a Europa a consumidora e o escravizado, sob o comando dos senhores de engenho, a motriz que fomenta os anseios comerciais.

Palavras-Chave: Organização Social, Cultura, Agricultura e comércio.

Abstract: This work is part of an interpretive effort where after searching respected authors who have devoted their studies each in its particular field it was possible to close a difficult conclusion, however satisfactory in what I have called social-colonial culture. With the addition of these works I hope to open an effective dialogue with the history of Brazil from cutouts that left deep scars that are still healing in Brazil, especially in African descent. The earth is the provider of wealth, Europe and enslaved the consumer under the command of the plantation motive that fosters commercial aspirations.

Keywords: Social Organization, Culture, Agriculture and trade.

Baseado na vertente de Caio Prado Jr. e seu livro clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, que durante tantos anos vem servindo de referência aos estudiosos, é que foi possível iniciar este trabalho. Utilizarei a interdisciplina como ferramenta de interpretação social, cultural e econômica da América portuguesa. Para tanto, terei que partir de uma metodologia historiográfica iniciada na França por Bloch e Febvre chamada Nova História¹.

Texto recebido em 26 de Junho de 2014 e aprovado para publicação em 06 de Agosto de 2014

* Graduando no 5º Semestre do Curso de Licenciatura em História na Universidade Anhanguera de São Paulo - Campus Santo André. Email: thiago_augustopestana@yahoo.com.br

¹ Sobre a Nova História, ver: BURKE, Peter. *A ESCOLA DOS ANNALES 1929-1989/A revolução francesa da historiografia*. 2ª. ed. Tradução: Nilo Odalia; São Paulo: Editora UNESP, 2010 e *A Majestade*; de Thiago Augusto Pestana da Costa; disponível em: <http://muralhistoriauniabc.blogspot.com.br>.

Agricultura de exportação

Obviamente, o interesse era “extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios” e, conseqüentemente, remeter à metrópole em grande escala, os recursos obtidos na América portuguesa.² Ora, se o português não foi a motriz trabalhadora, muito menos os incautos indígenas, por não terem o perfil exato para uma avassaladora empresa agricultora monocultora, embora tenham sido no início da colonização alvo para o trabalho forçado e os prazeres sexuais, da África seriam traficados os indivíduos para a lida forçada³. Para tal construção, será necessária à utilização da denominada “história-problema”, a partir da fuga da narrativa tradicional, objetivando trilhar novos caminhos para a construção histórica e cultural contemporânea⁴. Historicamente, da África seria arrancado todo o alicerce que fomentaria a economia da metrópole, e a partir daí, novas culturas iriam se formar, sobretudo pelo “intercurso” dos colonos com as índias depois com as negras, tanto por satisfação sexual quanto aumento de capital⁵.

Agricultura para o lusitano significa opulência, então, a “casa-grande configurava, decididamente, um espaço onde o morar e o produzir eram, a rigor, inseparáveis” e a partir daí a dor e a lágrima de muitos se transformariam na alegria de poucos⁶.

Uma grande forma de adquirir riquezas encontra possibilidades na grande lavoura. O ciclo de extração de pau-brasil não passou de um modo vertiginoso, a mineração teve seus dias de glória, mas pereceu, contudo, a agricultura, essa sim, podemos compreender o quanto foi, e ainda é, uma grande potência econômica brasileira globalizante. Evidentemente que ao

² Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 52.

³ O africano escravizado é visto como propriedade do senhor que o compra do tráfico. Evidentemente, a ideia de trabalho forçado não agrada o escravo, sendo assim, o alto custo desta propriedade humana deve ser compensado pelo labutar árduo, gerando cabedais indubitáveis a este senhor. Como forma de punição à transgressão do escravo, o proprietário utilizou coerção física praticada por um capataz fazendo com que os demais se sintam amedrontados mediante as circunstâncias. Quando o proprietário exerce a coerção física como método de punição, nem mesmo as cartas régias expedidas pela coroa portuguesa a fim de restringir as agressões puderam surtir efeito ao direito de propriedade privada do senhor, pois o escravo é sua propriedade, e isso acaba gerando nos demais um medo simbólico, fazendo com que sejam submissos às suas ordens. Em razão disso, o senhor sabia bem que se espancasse seu escravo de tal maneira que o fizesse inútil, o prejuízo seria implacável para sua empresa. Contudo se fosse necessário, ele não hesitaria em cortar o “mau” pela raiz temendo um possível levante.

⁴ BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*/ Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação e edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 07.

⁵ FREYRE, Gilberto, 1900-1987 - *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006. – (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil; 1), p. 74.

⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil; 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.225.

se tratar de um período colonial, não podemos ser compará-lo à dinâmica capitalista das sociedades globalizantes contemporâneas. A cana de açúcar alcança proporções apreciáveis e significantes de riqueza, mas em determinado momento o algodão tornaria a agricultura diferenciada. Novas possibilidades começam a emergir graças à invenção do fuso em 1769 por Richard Arkwright, no “mesmo ano que Watt obtém patente para a máquina a vapor” dando dinâmica ao processo têxtil além da invenção do tear mecânico por Cartwright no ano de 1787⁷. Evidentemente que ao se tratar de um período colonial, não podemos ser compará-lo à dinâmica capitalista das sociedades globalizantes⁸ contemporâneas seja no lucro, prejuízo ou mão de obra a qual ela está submetida.

O Brasil paulatinamente e bem tardiamente entraria em um processo de industrialização devido à insistência dos colonizadores na mão de obra escrava que se ocupou com o Pau-Brasil no século XVI, o açúcar nos séc. XVI e XVII, a escassa mineração do séc. XVIII, a borracha no séc. XIX e o algodão maranhense com grande proporção comparado aos Estados Unidos que era o maior produtor, mas que por um determinado período, encontrou entraves para sua produção e manutenção devido às guerras pela independência. Os trabalhadores da mineração migram para o trabalho agrícola ao perceberem a insuficiência do ouro e outras preciosidades. A abundância de terras e a falta de mão de obra possibilitava que os antigos mineradores facilmente ingressassem na lavoura, mesmo contra sua vontade, pois sua intenção era a de vir para o Brasil, garimpar pagar o quinto e voltar para Portugal rico.

Torna-se evidente que um gênero agrícola embora em proporções menores em relação ao açúcar, algodão, pau-brasil, etc., começa paulatinamente a ganhar força e, no século XIX, e

⁷ PRADO, Júnior, Caio. - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro). p.130.

⁸ A globalização é um sistema que cada vez mais vem criando raízes sejam elas estruturantes para a construção de mecanismos tecnológicos que viabilizam as demandas globais, ou desestruturantes com o intuito de excluir quem não estiver devidamente aparelhado na indústria ou qualificado como mão de obra. O discurso do professor Milton Santos vai de encontro à “perversidade” da globalização, criticando o sistema a partir do extermínio do ser humano pelo egoísmo do poder capital. A problemática brasileira em relação à fome, por exemplo, é vista por ele como um problema de distribuição e não de produção, uma vez que os gêneros agrícolas excedem o número de habitantes de tal modo fomentam a economia gerando capital aos produtores e legitimam a exclusão social aos menos favorecidos. Ou seja, o setor primário necessita da dinâmica mecanicista do setor secundário que por sua vez converte a colheita em cabedais aos proprietários que abastecem o mercado interno e externo. Este *modus operandi* faz com que as pessoas vendam sua força de trabalho que se converte em capital para aquisição de gêneros alimentícios fundamentais à sua sobrevivência, e quem não está inserido neste contexto, automaticamente se torna um marginalizado pelo poder do capitalismo que objetiva o lucro e não a humanidade. É possível perceber esse problema de distribuição quando assistimos nos meios de comunicação de massa o desperdício de alimentos que não foram vendidos e se perderam nos galpões de armazenamento ou com prazos de validade ultrapassados.

se transforma no denominado ouro preto⁹. Para Portugal o interessante era deixar sua colônia cada vez mais primitiva e “ensaia o plantio de café ao lado do açúcar e do algodão”, por ser rentável em grande escala o comércio destes na Europa¹⁰.

Este sistema de agricultura é quantitativa, não qualitativa e os mesmos procedimentos utilizados hoje no cerrado com queimadas – quando não as naturais – eram empregadas no período colonial. Quanto às ferramentas de trabalho, a enxada e o negro eram a engrenagem motriz¹¹. O engenho de cana corresponde a uma pequena sociedade inserida noutra onde o senhor de engenho instala suas moendas e apetrechos. As senzalas e oficinas fecham o ciclo de trabalho em uma robusta empresa de açúcar. A par desta, a engenhoca diferente do engenho de cana, produz exclusivamente a aguardente. O tabaco é tratado com cuidado e o escambo com os traficantes de escravos torna a atividade apreciável na África, enquanto o cacau predomina na região Norte. O arroz além do consumo na colônia é exportado em grande escala. Já o anil não se pôde dizer que teve significância alguma na América portuguesa.

Nada do que foi dito anteriormente compõe uma novidade na nossa História, contudo, foi necessário escrever a respeito para evidenciar os gêneros agrícolas que fazem da colônia uma grande abastecedora do comércio europeu, por conseguinte uma grande potência, sobretudo açucareira durante muito tempo. Veremos adiante outros recursos não diretamente relacionados à exportação, e sim, para o consumo interno. Como uma agricultura monocultora poderia abastecer os senhores de engenho e seus escravos?

Agricultura de consumo

Quem está aqui, o que estão fazendo, e para quem está indo o que aqui se faz? São questões respondidas por Caio Prado Jr. dizendo ser uma agricultura monocultora escravista

⁹ A questão do café é de extrema importância para a compreensão da dinâmica econômica brasileira, sobretudo com a crise de 1929. Considerado como ouro preto, o café tomaria o lugar das plantações de cana e a região Sudeste do Brasil seria a grande produtora e abastecedora do mercado externo e interno. No pós-abolição, a mão de obra dos imigrantes assalariados daria continuidade ao ciclo de produção e extração não só do café, mas de gêneros de subsistência. O Brasil recrutava trabalhadores de todos os cantos do mundo como, por exemplo, os imigrantes japoneses que saíram do porto de Kobe no Japão a bordo do navio Kasatu Maru em 1908 e atracaram no porto de Santos devido ao acordo imigratório entre Brasil e Japão.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. – *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Biblioteca básica). p.64.

¹¹ O discurso de “não mexer em time que está ganhando” fazia com que Portugal desse as costas às propostas de investimento ofertadas, sobretudo pela Inglaterra. A nobreza não conta dinheiro, sendo assim, o valor é de cunho simbólico, porém verossímil. A agricultura monocultora exógena colonial não é a única base econômica deste período. O mercado interno sempre teve seu valor – capital residente – daí a intenção de Portugal deixar sua colônia obsoleta. A exclusão social era o alicerce da reprodução do sistema colonial onde a “estabilidade escravista” legitimava a empresa geradora de cabedais da coroa portuguesa.

exógena. Porém, um estudo realizado por pesquisadores do NEHD, no qual, entre outros, cito o professor Iraci Del Nero da Costa no seu artigo *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior*, percebe e defende seu ponto de vista através de pesquisas acerca de uma atividade econômica voltada para dentro da colônia devido aos os excedentes agrícolas.

Acredito ser pertinente destacar a importância de outro ponto de vista comercial, pois rompe a ideia única de produção e exportação. Para uma empresa de alta escala e um contingente vultoso de população, sobretudo escrava, trabalhando nos engenhos de açúcar, a alimentação seria algo indispensável para que pudesse ser mantido o fluxo operacional, dinamizando o processo que por vezes era cíclico ¹² (24h) e desastroso. Acidentes provenientes do cansaço eram comuns e isso era um agravante para os senhores de engenho que perdiam seu capital investido, quando havia casos de mutilação ou outras enfermidades irreversíveis, que afastavam o seu escravo do trabalho.

Podemos compreender que a cana-de-açúcar não alimentaria a mão de obra escravocrata que fluía com uma dinâmica forçosa e desumana. A importação de alimentos torna-se inviável devido ao alto custo, sendo assim, surge à policultura administrada pelos senhores de engenho, de modo que as moendas não parassem o que obrigava os escravizados a plantar outros gêneros nos dias de folga.

Foi possível encontrar em razoáveis proporções o algodão, arroz, milho, feijão, trigo, cebola e a maniva considerada uma das principais fontes de alimento neste período, tendo em suma um *modus operandi*, próprio, sem necessidade de importar comida. Surge então o agregado que troca a sua mão de obra por explorações no território insípido do proprietário. Existiam homens brancos livres que trabalhavam de acordo com suas necessidades, assim como os índios que aqui habitavam. O indígena vivia tranquilamente e após plantar, caçar e pescar voltava para sua pacata rotina habitual. Expondo a ótica dos autores citados acima, o primeiro defende a ideia de empresa monocultora escravista voltada para fora enquanto o segundo vai além e articula seus estudos compreendendo uma dinâmica comercial interna a partir do capital mercantil escravista. Capitalista não é o sistema e, sim, o proprietário da empresa, que fomenta o sistema, seja ele o escravista colonial ou o contemporâneo burguês industrial.

¹² Em relação ao fluxo de trabalho contínuo do escravizado – este indivíduo arrancado do seu de sua nação e imerso no mar de desilusão e trabalho forçado – nos engenhos de cana, o aumento de seu plantel se dava com a aquisição de escravizados no mercado humano fazendo com que o recurso financeiro aplicado para esta propriedade lhe garantisse vultosa opulência na lida diária.

O comércio brasileiro no período colonial, segundo Caio Prado Jr., é todo marítimo, embora ele cite também a cabotagem, no que me parece, mais dando importância à ponte de comunicação que ao comércio entre as regiões de norte a sul. O contrabando entra com força muito difícil de ser controlada pela expansão do território brasileiro, principalmente na fronteira do sul, por onde chegou o gado platino e as bestas muars, fazendo “grande concorrência aos produtos brasileiros; afetavam mesmo a nossa criação de cavalos”¹³. Um território vultoso como o brasileiro onde paulatinamente foi se interiorizando, o contrabando pelas fronteiras latino-americanas não era permitido, porém se marcavam as bestas a ferro para identificar a importação.

Vejamos então uma síntese sobre a pecuária colonial. Como sabemos, a prática deste processo consiste na criação de bovinos em um espaço demarcado e vigiado por um vaqueiro para que as crias não sumam de vista e se tornem selvagens. Existiu um cuidado especial às vacas prenhas para que não se afastassem muito do rebanho e dessem cria na mata fazendo com que as moscas varejeiras prejudicassem o bezerro. A alimentação dos bovinos era de extrema importância. Foi implantado no Brasil colônia, o capim Angola, ou capim gordura que facilmente brotava servindo de forragem para os animais. Assim como a alimentação, a água em abundância era tão importante quanto, e lambedouros com sal eram colocados à disposição dos animais. Tanto a carne seca do norte e nordeste, quanto à charqueada do sul seguiam seu padrão de qualidade conforme as disposições da época, e o consumo de carne na colônia foi relativamente vultoso.

O inglês, companheiro comercial de Portugal, era o grande responsável pelo contrabando em grande escala. Futuramente vetaria o comércio escravo devido à industrialização. Os navios contrabandistas saíam com o pretexto de caçar baleias, hostilizar os franceses, mas, na verdade, ancoravam em lugares ocultos da baía e levavam a matéria prima, em seus navios carregados de produtos da colônia, para assim lucrar com estes em todo mercado internacional. O comércio mais lucrativo e triste para a humanidade foi o do tráfico de escravizados comprados na costa da África. A metrópole lucrava com a escravidão. Com a compra de escravizados africanos por um valor irrisório revendiam por altos preços aos senhores patriarcais da colônia. A herança familiar dos africanos ia cada vez mais se distanciando, e novas identidades culturais iam se formar na colônia portuguesa em decorrência disso. “A questão da imigração européia¹⁴ do século passado está intimamente

¹³ PRADO, *op. cit.* p.236.

¹⁴ Segue a palavra européia com acento agudo conforme publicação desta obra que precede a nova ortografia da língua portuguesa atualizada pela Academia Brasileira de Letras em 2009.

ligada à da escravidão”¹⁵. Seguindo este debate, a professora Silvia Hunold Lara, relaciona a troca do trabalho escravo pela inserção do imigrante, discursando como esta transição foi marcante na historiografia brasileira onde a simples palavra substituição¹⁶ pode ter significados tão dispersos e importantes.

A partir da abolição, os forros não se sentiam a vontade em trabalhar nas antigas fazendas em que durante tantos anos foram escravos. Para os homens negros não agradava a ideia de ver as mulheres e crianças exercendo qualquer atividade sob o viés escravista, sobretudo porque esta estava relacionada à punição física e psíquica que os negros e miscigenados sofriam em caso de negligência de seus afazeres. Poder-se-ia dizer que com este pensamento o recém-emancipado exercia um esforço para tentar reconstruir sua identidade perdida pelo chicote. No pós-abolição, os negros forros – e digo isso, pois mesmo após a abolição em muitos lugares se mantiveram o regime escravocrata – foram tentar sua vida agora vendendo sua mão de obra, porém, procuravam-se lugares distantes daqueles que traziam más recordações do tempo precedente. Embora pareça estranho, em um determinado momento da História, o engenho de Santana na Bahia, administrado pelos jesuítas conseguiu criar uma ideologia tão forte nos escravizados que, quando tomado por um Silva Ferreira¹⁷, os escravizados viram na fuga um meio de tentar pensar qual seria o posicionamento deste grupo diante do novo proprietário. Os escravizados que fugiram do engenho de Santana, após certo tempo, acreditavam que poderiam voltar mediante a negociação com o novo senhor. Eles almejavam uma rotina de trabalho similar a da Companhia de Jesus, pois, neste contexto, os dias santos eram reservados ao descanso assim como a possibilidade de compra de alforria por serviços prestados – embora se o escravo fosse bom ele compraria a alforria da família,

¹⁵ PRADO, *op. cit.* p. 183.

¹⁶ O intuito aqui não é desmembrar a História do trabalho livre nem escravo, e sim, esboçar como foi o período da abolição que impactou a economia brasileira que viu na imigração imediata a solução para a falta de mão de obra mediante a pagamento de salário conforme explicitou a professora Silvia Lara Hunold em: *ESCRavidÃO CIDADANIA E HISTÓRIA NO BRASIL*. – Projeto História, São Paulo (v.16), fev. 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. p. 25-38. Acesso em 02/08/2014.

¹⁷ Um livro do historiador marxista Jacob Gorender demonstra em um determinado trecho a forma de como os escravizados em sua maioria mulatos, sob a administração da Companhia de Jesus, se comportaram com a saída dos padres e veem na fuga uma oportunidade de pensar uma proposta que seria de fato negado pelo novo senhor de engenho. Nota-se um teor absorvido da cultura religiosa nestes indivíduos que na carta de reivindicação ao senhor expõem a vontade de descansar em dias santos legitimando então a maneira de como foi absorvida, ensinada e praticada pelos africanos a cultura cristã que, em sintonia com o candomblé africano, resultaria na umbanda tão praticada ainda nos dias de hoje por muitos seguidores. Vale ressaltar que para este tema, seria necessária uma abordagem mais aprofundada em relação aos dogmas religiosos e suas práticas assim como elucidar a hagiografia como proposta na figura do herói católico para atrair os que compunham a maioria populacional no período colonial. Ver descrição, sobretudo na pág. 134 e o “Tratado de Paz” divulgado por Schwartz na pág. 135 de: Gorender, Jacob. – *A Escravidão Reabilitada*- Jacob Gorender – Editora Ática – 1990. São Paulo. (Série Temas; vol. 23 – Sociedade e política).

mas não a sua ficando preso a este senhor – no engenho. No entanto, fazendo acreditar que iria cumprir tal acordo, o tal Silva Ferreira enganou os fugitivos e deu continuidade a todo vapor no seu engenho empregando as coerções físicas quando necessárias assim como os demais empresários açucareiros.

Novas conclusões

Ora, a História não é uma ciência desenvolvida somente para explicar o passado e sim compreender como chegamos até o momento que nos ocupa. Da mesma forma que José Bonifácio de Andrada e Silva descreve em seu *Projetos para o Brasil* o povo brasileiro, Caio Prado não atribui outra característica senão a mesma, ou seja, senhores de engenho de um lado e escravos de outro, minimamente alguns degredados e/ou gaudérios transeuntes quando não agregados insignificantes. Ora se o fruto de uma civilização contemporânea for a partir destes conceitos, nosso autores clássicos nos deixaram a mercê do vazio obscuro sem qualquer alternativa, sobretudo ao ignorar a cultura que se formou com o contato do português nessas terras primeiro com os indígenas, que foram dizimados por doenças antes desconhecidas, depois, com os escravizados para o trabalho explorador.

Certamente, para a economia brasileira dar certo, não seria possível articular tudo voltado para fora, uma vez que ao abastecer a metrópole com gêneros da monocultura, a agricultura de subsistência teria papel fundamental para alimentar o Brasil Colônia e a ganância lusitana. Este fluxo se auto sustenta e motiva os empreendedores a querer cada vez mais exaurir madeira, cana, algodão, café, etc. destas terras seja com o trabalho escravo citado pelos clássicos da historiografia ou pelos imigrantes no pós-abolição defendidos em teses ou em produção de artigos como da historiadora Silvia Hunold Lara da UNICAMP. Não bastava o escravizado se dedicar somente ao que pela compra de seu senhor estava predestinado, e nos momentos de ociosidade – de descanso para o escravo – este se ocupava com o plantio de alimentos de subsistência fazendo com que o prato do período colonial fosse diversificado e nutrido de gêneros agrícolas suficientemente relevantes para o organismo dos indivíduos.

Dessa perspectiva, a História do Brasil nasce sofrida da angústia dos explorados dominados pelo poder do capital. O senhor de engenho poderia ser capitalista, mas não aqui, uma vez conforme visto tanto por Florentino e Fragoso como em Celso Furtado os recursos captados com a venda de açúcar pelos senhores de engenho “permaneciam fora da colônia”¹⁸.

¹⁸ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p.46.

Assim como Gorender, crítico o modelo citado como “brecha camponesa” por Ciro Flamarion Cardoso, somente pelo fato de não estar embasado na construção social, política e econômica brasileira o modelo do camponês que se difere plenamente deste enredo. O negro arrancado de suas raízes não compõe nenhuma novidade na História do Brasil, contudo algo que tanto nos repudiou no período colonial ainda se encontra escondido no “inconsciente” racista de muitos “seres humanos”. O livro *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*, o professor Slenes tenta demonstrar o esforço praticado pela família – extensa, com primos e sobrinhos e nuclear, ou seja, pais mães e filhos – no resgate da identidade moral e cultural destes que viveram sem o mínimo e resistiram ao máximo. A família tão almejada por Serafins e Romanas dá espaço ao sonho que a partir de 1888 alimentaria os anseios de quem sofreu para enriquecer muitos homens desconhecidos conhecidos como senhores.

Lançando luzes à nossa historiografia percebemos que a América portuguesa foi agrícola, e conseqüentemente, o Brasil ainda hoje é um país fomentado pela produção agrícola. Sendo assim, o que esperar arrancar das entranhas desta nação senão as riquezas da terra. Se em um determinado momento tivemos a chegada de personagens que iriam compor a História do Brasil, noutro temos a história de quem já vivia nesta nação e teve suas tradições ignoradas e reformuladas com a chegada dos europeus.

Atrelado ao pensamento marxista onde o modo de produção capitalista é exercido pelo proletariado, segundo a professora Silvia Hunold Lara, no findar do século XIX o que houve efetivamente foi à inserção do imigrante em “substituição” do escravo. A intenção do senhor de engenho e do empresário contemporâneo é a mesma, ou seja, obter cabedais vultosos dando continuidade ao círculo vicioso do rico explorando o pobre. A América portuguesa foi relutante em aceitar qualquer forma de modernização devido à dinâmica histórica dos engenhos de cana e as oscilações do mercado.

A curiosidade levou os portugueses ao desconhecido, e dado como se organizou a colonização aos olhos da época, tudo que ocorreu foi algo normal aos parâmetros europeus da sociedade a qual estavam inseridos. Acredito que o processo de escravismo foi uma mancha na História total e se tratando de Brasil a “cultura-social colonial”, faz parte de uma cultura triangular entre Portugal, Brasil e África. Temos de fato após as grandes imigrações uma nova formação étnica e cultural no Brasil, porém não devemos esquecer que a maior parte da História do Brasil foi composta pelos negros escravizados que aqui derramaram suor, lágrimas e sangue. Geograficamente, a mistura de três continentes forma o triângulo cultural, que antropológicamente tende a se cristalizar e concretizar. Evidentemente, o coração não

deve preceder o saber histórico, isso pode contaminar a cena e transformar um acontecimento verossímil em literatura, embora a articulação desta não seja válida ao olhar historiográfico -- se for interpretada sem quimeras e anacronismos poderão contribuir com o fazer histórico. A História não foi, ela é, portanto, a qualquer momento, novas leituras ou releituras formularão novas concepções e novos aprendizados se constituirão, e embora todos estes autores tenham suas ambiguidades e ambivalências, todas puderam contribuir para a História com maestria, porém há muito que fazer ainda.

Referências

Livros

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ª ed. rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação e edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 2ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção primeiros passos; 17).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 14ª ed; trad. Tomaz, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. *A ESCOLA DOS ANNALES 1929-1989/A revolução francesa da historiografia*. 2ª ed. Tradução: Nilo Odalia; São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DIAS, Reinaldo. *Fundamentos de sociologia geral*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 .

GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática – 1990.. (Série Temas; vol. 23 – Sociedade e política).

_____. *O escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil* – 26ª edição – 38ª reimpressão; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARX, Karl e Friederich Engels. *O manifesto do partido Comunista* – 2ª ed. Tradução: Pietro Nasseti – 12ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2013.

PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1981.

ROSSI, Camila Lins / *Nas Costuras do Trabalho Escravo*. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/nas_costuras_do_trabalho_escravo.pdf; São Paulo: dez. 2005. Acesso em 04/04/2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

PRADO, Júnior Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização Miriam Dolhnikoff. – São Paulo: Companhia das Letras (Publifolha), 2000.

Capítulo de livro

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista*. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil; 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 5. p. 221-273.

Artigo em periódico

CASTRO, Antonio Barros de. – *ESCRAVOS E SENHORES DE ENGENHO NO BRASIL: Um Estudo sobre os Trabalhos do Açúcar e a Política Econômica dos Senhores*. Tese de doutorado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tese (doutorado em História). São Paulo: 1976. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000075896&fd=y>; Acesso em: 01/08/2014.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior* Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/perfil.php?u=97>, mediante solicitação ao autor em idd@terra.com.br. Acesso: 27/04/2014.

HUNOLD, Lara Silvia. – *ESCRAVIDÃO CIDADANIA E HISTÓRIA NO BRASIL. – PROJETO HISTÓRIA. REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DE HISTÓRIA*. E-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442 – São Paulo: v. 16, fev. 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. p. 25-38. Acesso em 02/08/2014.